

Reunião com os Sindicatos

Referência:

Data: 27Abril de 2017

Início: 11h30 **Fim:** 12h55

Local: Sala nº 640

Ordem de trabalhos (OT) – proposta pela Gestão

Ponto único: Ponto único: “Processo de Revisão Salarial 2017”

Participantes

Conforme lista de presenças que se anexa à presente acta, dela passando a fazer parte integrante, estiveram presentes:-----

- (i) Pela Gestão: COO/Eng.º Paulo Leite; DRH/Pedro Ramos
 - (ii) Pelos sindicatos: STHA - André Teives; SQAC - Júlio Teixeira, Jaime Silva, Carlos Cruz; SINTAC - Miguel Kadosch, Eugénia Varzielas, Brígida Costa Baptista; SIMA - José Maridalho; STTAMP - Marco Moura, Leandro Silva, Catarina Silva, Pedro Magalhães; e SITAVA - Fernando Henriques e Nuno Crestino.
-

Após uma breve apresentação dos elementos presentes e das diversas organizações sindicais que representavam, foi dado início à reunião com a explicação por parte do COO/Eng.º Paulo Leite dos motivos pelos quais o Conselho de Administração ainda não havia apresentado contrapropostas às propostas apresentadas por todas as organizações sindicais subscritoras ou aderentes dos Acordos de Empresa em vigor.

O COO fez o enquadramento sobre a situação da Empresa no que respeita ao atual contexto de incerteza motivado sobretudo por duas situações críticas que inviabilizam a possibilidade da Empresa poder avançar com contrapropostas sérias e valorativas às propostas de revisão salarial apresentadas pelas organizações sindicais presentes nesta reunião, a saber:

1. A viabilidade e continuidade da Groundforce, que depende da atribuição das licenças de actividade, atualmente em concurso, sem as quais não é possível ao Conselho de Administração tomar quaisquer decisões de médio e longo prazo, pois a sua existência está em risco; e
2. O processo de negociação do contrato de prestação de serviços de handling com o principal cliente, a TAP. Processo atualmente já iniciado e com prazos acordados (até 12 de maio, deverá estar concluído o levantamento das condições de prestação de serviço em termos de SLA's; e até 1 de junho, deverá estar concluído o próprio processo de renegociação do contrato

a vigorar pelos próximos 5 anos), contudo, até à finalização do mesmo, não é possível à Administração saber quais as margens negociais que tem em face das condições que venham a ser estabelecidas nesse importante contrato de handling.

Neste sentido, o COO sublinhou que até que estas ambas premissas estejam concluídas, não é possível em consciência proporem-se quaisquer ajustes salariais pois isso comprometeria o futuro da própria Empresa.

Contudo, o COO destacou que quando estiverem reunidas as condições inerentes à resolução dos dois pontos acima mencionados, a Empresa avançará com um processo sério de apresentação de contraproposta de revisão salarial para 2017.

Finda a alocução inicial do COO/Eng.^o Paulo Leite, tomaram a palavra os Representantes das organizações pela ordem em que estavam sentados na mesa.

Assim, os Representantes do SITAVA começaram por fazer uma declaração à mesa, referindo que “não se sentavam à mesma mesa com ‘mentirosos’, mas com respeito pela empresa e pelos representantes de outras organizações, estavam presentes”. Finda essa declaração inicial, foi referido que o SITAVA compreendia os constrangimentos e dificuldades avançados pela Empresa nas matérias referentes às licenças e ao contrato com a TAP. Referiram que destacam como “boa notícia” o facto do processo de self handling da TAP estar afastado do processo em curso de negociação do contrato e questionaram a Empresa sobre que em causa estava alguma redução do preço dos serviços.

Em resposta, o COO referiu que neste momento ainda não existia nenhuma negociação do preço, pois estamos na fase de definição dos serviços previamente. A negociação dos preços apenas decorrerá após a fixação dos SLA atualmente em análise e discussão.

O SITAVA questionou se a Empresa tinha alguma ideia sobre os prazos para atribuição das licenças por parte da ANAC.

Os representantes da Empresa referiram que não têm nenhuma ideia concreta de quando esse processo estará concluído.

Em seguida, o STTAMP tomou a palavra para questionar a Empresa sobre se após 1 de julho, depois de fechado o contrato com a TAP, se a Empresa estaria em condições de apresentar uma contraproposta de revisão salarial.

O COO respondeu que as duas condições referidas anteriormente eram essenciais para que isso fosse possível pois, por exemplo, é importante referir que atualmente sem licenças a empresa não consegue fazer créditos para aquisição de equipamentos como necessita. E tudo isso são aspetos a ter em conta em futuras revisões salariais.

O STTAMP prosseguiu referindo que era importante algum processo de atualização salarial avançar como forma de colmatar as questões de motivação dos trabalhadores atualmente em níveis muito baixos, dado que desde 2007 não há nenhuma atualização salarial na empresa. Por outro lado, a empresa apresenta lucros desde 2014, destacou.

Os representantes da Empresa referiram que a empresa tem feito muita coisa ao seu alcance para melhorar as condições de trabalho dos seus trabalhadores e tem envolvido outras entidades externas nessa questão.

O STAMMP concluiu referindo que apresentou já no passado propostas sobre outras matérias não salarial que se deveriam rever e que está neste momento a voltar a compilar esta questão para propor de novo à empresa em futuro próximo.

Seguidamente, tomou a palavra o representante do SIMA que começou por referir que a empresa “não cumpriu a lei” no sentido em que não respondeu às organizações sindicais nos prazos previstos por Lei em matéria de resposta e apresentação de contrapropostas. Mais referiu que as situações apresentadas nesta reunião por parte da Empresa para inviabilizar a apresentação de contrapropostas são exatamente as mesmas que foram apresentadas em 2015 e em 2016. Mais referiu que desde 2012 que a empresa não tem licenças atribuídas mas continua a operar e “apresenta, apesar disso, lucros”. Segundo o representante do SIMA, os Accionistas da Empresa têm de se entender “uma vez por todas”, pois a real questão em causa é a do não entendimento entre os vários Accionistas da empresa em torno das questões fundamentais.

Os representantes da Empresa, em resposta, referiram que a situação atual não é a mesma de anos anteriores. O processo de negociação do contrato com a TAP é muito crítica pois termina mesmo em Junho deste ano. E, por outro lado, caso não sejam atribuídas todas as licenças, não se saberá num futuro muito próximo “que empresa” existirá. E esse é um aspeto crítico.

Em seguida, os representantes do SINTAC tomaram a palavra. Começaram por referir que o que estava a ser referido pela empresa “era mais do mesmo” e que não havia realmente nenhuma novidade que estivesse a ser apresentado, dado que tanto a questão do contrato com a TAP como a questão das licenças já haviam sido abordadas por diversas vezes. Lamentaram o facto de, não havendo nenhuma resposta atempada por parte da empresa, terem tido de recorrer mais uma vez à DGERT para intervir neste processo.

Após o que, tomaram a palavra os representantes do SQAC referindo que a Empresa tem consciência dos seus resultados dos anos de 2015 e 2016 pelo que, na sua opinião, poderia já contrapropor alguma atualização salarial séria e justa que permitisse “dar um sinal” aos trabalhadores das operações que se empenham todos os dias nas suas funções. A proposta do SQAC foi apresentada em 6 de janeiro de

2017 e a empresa nada disse após essa data o que consideram lamentável, considerando o SQAC que há uma “falta de respeito pelos dirigentes e pelos associados” desse sindicato.

Os Representantes da Empresa referiram que não houve nenhuma intenção de faltar ao respeito aos sindicatos e aos seus associados, seus trabalhadores, a questão tem a ver mesmo com o enquadramento atual tal como anteriormente explicitado.

Por último, tomou a palavra o Representante do STHA que referiu que não há qualquer revisão/atualização salarial na Empresa desde 2008. As anuidades foram congeladas desde 2011 (neste ano por via da Lei do Orçamento de Estado) e depois até 2014 conforme acordado entre a Empresa e as organizações sindicais subscritoras do novo AE. Referiu que em 2015, a empresa aplicou o acordado em matéria de descongelamento das anuidades e das carreiras, mas ao contrário da TAP não pagou a anuidade que tinha sido congelada referente ao ano de 2011.

Mais referiu o representante do STHA que em 2016, a própria Empresa propôs às organizações sindicais o pagamento de uma vez só o valor referente à anuidade de 2011, bem como um prémio de 500.000 euros a distribuir pelos trabalhadores. Segundo este representante, não se percebe o facto de ter sido “a própria empresa a propor o pagamento da anuidade e esta ainda não ter sido carregada no processamento dos trabalhadores”. Este é, segundo o mesmo, o “sinal” que a empresa tem de dar de imediato aos seus trabalhadores. Mais referiu que, contudo, em vez de sinais de melhorias das condições salariais dos trabalhadores, a Empresa aumentou em 10% o salário do Presidente Executivo da empresa nos últimos tempos. Assim, destacou que é urgente que a Empresa aplique, pelo menos, a questão da anuidade vencida.

Por ultimo, os Representantes da Empresa referiram que esta posição apresentada nesta reunião seria defendida na reunião já agendada pela DGERT e que teria lugar no dia seguinte, dia 28 de abril pelas 10:00 horas na sede daquela Entidade.

A reunião foi dada por terminada às 12:55.

Vão assinar a presente acta todos os representantes dos Sindicatos e da Gestão que estiveram presentes nas reuniões cujo teor se encontra relatado na presente.

Os Participantes,

Pela Gestão

Eng.º Paulo Leite

Dr. Pedro Ramos

Pelo STHA

Sr. André Teives

Pelo SQAC

Jaime Silva

Carlos Cruz

Pelo SINTAC

Miguel Kadosch

Brígida Costa Baptista

Eugénia Varzielas

Pelo SIMA

José Maridalho

Pelo STTAMP

Marco Moura

Leandro Silva

Catarina Silva

Pedro Magalhães

Pelo SITAVA

Fernando Henriques

Nuno Crestino